

Foto: Arquivo do CEM



## 1 - CHEGADA DOS MIGRANTES

**A**migração rural em direção ao campo paraense mudou profundamente a fisionomia do sudeste do estado do Pará a partir dos anos 60. Até essa época, os municípios de Conceição do Araguaia, São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Jacundá, Tucuruí (hoje desmembrados) eram povoados por numerosos grupos indígenas já bastante dizimados pelo contato com os "crístãos", e por uma população cabocla relativamente escassa. O Censo Demográfico que, como se sabe, despreza a população indígena, recenseava uma população de apenas 41.000 habitantes em 1960, naquela área de aproximadamente 307.000 km<sup>2</sup>, o que representava uma densidade de 0,13/hab/km<sup>2</sup>. Em 1980, o Censo registrou na mesma área um pouco mais de 120.000 habitan-

\* Jean Hébette

# Resistência dos posseiros

tes. Hoje esse número deve ter atingido os 500.000.

Na verdade, sempre houve, no fim do século passado e ao longo deste, alguma migração de tipo sazonal para os cauchais e sobretudo os castanhais da região, cuja exploração contribuiu para a redução da área de perambulação dos índios. A cada safra, goianos e maranhenses já se dirigiam para as matas daqueles municípios. Os que se fixaram no lugar formaram a base da população, sempre predominantemente constituída de migrantes.

Os anos 60 marcam uma nova direção na ocupação do sudeste do Pará. São agora pequenos lavradores que cruzam o Tocantins e o Araguaia em busca de terra para cultivar. Representavam dois fluxos migratórios: um de direção leste-oeste, a partir do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí e, outro de direção sudeste-norte, a partir, principalmente, da região limítrofe aos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Eram o que os demógrafos chamam, um tanto ironicamente, o "excedente" populacional" dessas regiões que exercia uma "pressão sobre a terra", quando, na verdade, se trata de um excedente de latifúndios que pressiona e expulsa os trabalhadores. Esses dois fluxos já tinham alcançado o extremo norte de Goiás e as extremidades ocidentais do Maranhão quando o governo Médici, afastando a hipótese de uma reforma agrária, resolveu abrir a Transamazônica e iniciar a colonização oficial ao longo do seu percurso.

A colonização executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, criado nesta oportunidade, era excessivamente morosa, incapaz de absorver esses fluxos; seus procedimentos eram demasiadamente complexos e burocráticos. Por sua própria iniciativa, os migrantes encontravam terra a lavar com maior facilidade. Alguns chamaram a esse processo de "colonização espontânea" em oposição à "colonização oficial". No sudeste do Pará, esses migrantes compuseram a maioria. Ocuparam as terras devolutas nas matas do Tocantins e do

Araguaia e tomaram-se "posseiros". No início, delimitavam seus lotes em função de suas necessidades familiares, contando com a abundância de terras públicas para atender suas necessidades futuras; passaram, posteriormente, a adotar o módulo de cem hectares definido pelo Incra para a região. Encontraram, porém, gente com outros interesses e outras ambições; essa mesma classe de gananciosos que os tinha expulso do nordeste, do centro-sul, os acompanhara na sua trajetória. Nunca satisfeitos, alimentados pela ânsia de ampliar em fim suas posses, fazendeiros, especuladores, grileiros, disputavam-lhes as terras públicas para criar novos latifúndios de 5.000, 10.000, 50.000 ou 100.000ha. Com grau menor ou maior de violência e de forma variada, pressionavam os pequenos: aproveitavam necessidades financeiras dos lavradores (doenças ou más safras) para negociar lotes a vil preço; largavam animais nas roças dos colonos; ameaçavam-nos junto ao Incra, exibindo títulos falsificados sobre as posses; mandavam policiais para atemorizar ou oficial de justiça para expulsar; contratavam pistoleiros para matar. A Comissão Pastoral da Terra - CPT e o próprio Ministério da Reforma Agrária - Mirad, na sua fase inicial, levantaram a relação das vítimas conhecidas, mortas e feridas; outras vítimas constam apenas do martirológico dos desaparecidos anônimos.

### 2 - RECRIANDO SOLIDARIEDADE

O isolamento físico ou social, às vezes o individualismo, foram fatais para muitos, que tiveram que se dobrar diante das ameaças e acabaram por abandonar suas posses - e não foram poucos! A solidariedade se impôs a quem quizesse resistir. Para os migrantes recentes, essa solidariedade, em ambiente novo, devia ser reconstituída e devia contar com parceiros novos. Alguns tinham migrado em grupos familiares ou vinham reencontrar familiares já instalados. Alguns, inclusive, constituíam verdadeiros clãs dirigidos pelo patriarca. Turmas de vizinhos ou de conterrâneos haviam migrado con-

juntamente. Muitas famílias, porém, se dispersaram: perderam seus laços tradicionais de solidariedade: parentesco, vizinhança, compadrio, e suas formas de associações. Perderam seus locais de encontro e reuniões: a taberna próxima, a feira da cidadezinha, a prefeitura, o templo, o salão de festas, o campo de futebol. Deixaram de participar dos rituais comunitários, das festas civis e religiosas e dos grandes eventos familiares: nascimentos, batismos, casamentos, falecimento de parentes, amigos e vizinhos. Tudo isso que contribuía para a força do homem rural pobre precisava ser reestruturado. A luta pela posse da terra e pela permanência no lote, a resistência à violência constituíram para muitos um cimento de coesão. Muitos que não se visitavam e que se conheciam apenas como "Baiano", "Mineiro", ou "Ceará", entrosaram-se pela necessidade de sobrevivência.

Ao migrante que deixou sua terra, perdeu suas raízes locais e vai para o desconhecido, sem dinheiro, sem recomendação, sem padrinho, sem título acadêmico, enfim sem notoriedade, é difícil entrosar-se com as instâncias do poder. Na prefeitura, na delegacia de polícia, o migrante pobre é ninguém; ainda mais em tempo de ditadura. No Incra, se não fosse assentado pelo órgão, passava facilmente por invasor. No próprio Sindicato Rural, em tempo de repressão, o lavrador com problema de terra incomodava os dirigentes: o presidente era homem do Incra, da prefeitura, quando não de algum fazendeiro.

### 3 - AS ASSOCIAÇÕES E A LUTA PELA TERRA

Na falta de Sindicato confiável, os posseiros tiveram que formar, inicialmente, associações independentes que se tornaram o lugar de encontro, de discussão de seus problemas e funcionaram como embrião da resistência coletiva. Surgiram com o nome de Associação de Moradores, Associação de Defesa dos Trabalhadores Rurais... Nesta época, nasceram quase que obrigatoriamente à sombra de movimentos religio-

Foto: Arquivo do CFM

sos, da organização pastoral, a partir de comunidades de base e outras instituições que ofereciam aos religiosos, aos militantes políticos e sociais, um espaço para se colocarem a serviço dos grupos populares de resistência.

De certa maneira, a época das associações representou o momento nobre das lutas camponesas no sudeste do Pará. As associações dispunham de ampla liberdade e funcionavam com autonomia, fora dos controles administrativos e repressivos do Estado; elaboravam seus próprios estatutos, suas normas de funcionamento; elegiam seus dirigentes. Além disso, a perseguição latifundiária e a repressão policial mantinham o movimento coeso, dificilmente permeável a dissidências. Mas por outro lado, e correlativamente, eram, organicamente pouco ligadas entre si, desprovidos de uma articulação mais ampla. Todo seu vigor residia na combatividade de seus membros e do espírito de decisão de seus líderes naturais; a união infundia aos camponeses a coragem de resistir. Uma vez associados, os posseiros não lutavam mais isolados: com os companheiros, defendiam suas posses, armas nas mãos se fosse necessário; com os companheiros e companheiras iam exigir da delegacia de polícia a libertação do sócio preso; juntos, dirigiam-se ao escritório do Incra para reivindicarem seus direitos; unidos, iam expor seus problemas e reclamar justiça ao prefeito, ao governador. Realizavam suas reuniões a portas fechadas quando o segredo o requeria e suas assembléias públicas na hora da mobilização; redigiam seus boletins e distribuía seus panfletos.

Houve casos em que os posseiros tiveram que ficar em pé de guerra para enfrentar a violência dos latifúndios; entrincheiraram-se durante semanas. Só trabalhavam em regime de mutirão, homens e mulheres, jovens e adultos unidos: uns na roça, outros na vigia, outros na cozinha. Outros associados de lugares diversos levavam-lhes comida, roupa, remédios e dinheiro. A solidariedade surgia como exigência da luta.

Essa resistência solidária, organi-



zada, garantiu a permanência de muitos na terra - aliás, não só dos que se empenharam decididamente na defesa, como também de muitos outros, fracos, medrosos ou simplesmente individualistas e espectadores que ficaram à margem da luta. Esta impôs limites à violência dos gananciosos e temperou a audácia dos pistoleiros. Não acabou com o derramamento de sangue que, até hoje, continua; não eliminou o conflito que persistirá até que reformas institucionais sejam adotadas. Mas milhares de migrantes estão nos seus lotes e, a cada dia, novas terras são conquistadas.

#### 4 - DAS ASSOCIAÇÕES AO SINDICATO

Com o declínio do regime militar, reabriu-se o espaço para as organizações democráticas. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais pôde reasumir ou, melhor dizendo, assumir sua função de defesa dos lavradores, garantida até então pelas associações, e essas puderam dedicar-se a outras tarefas complementares. No Pará, não havia tradição de luta sindical no campo. De tempo imemorial, quem mandava no campo era o fazendeiro, o comerciante local, algum político que se confundia em geral com o coronel-fazendeiro... No

sudeste do Pará, havia municípios onde o Sindicato era dos "donos de castanhas", ou tinha sido criado pelo Incra e era dirigido por amigos desse órgão, ou simplesmente não existia. A Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura - Fetagri, dedicava-se mais ao atendimento pelo Funrural do que à luta profissional, obedecendo nisso à tradição assistencialista do Sindicalismo brasileiro.

Coube aos militantes das associações levantar o Sindicato em cada município. A prática das associações ajudou na criação ou na conquista dos sindicatos: as bases camponesas que tinham sido desprezadas pelos dirigentes pelegos organizaram-se em delegacias; as delegacias proliferaram; um novo sindicalismo rural emergiu. Tratou-se de uma nova luta, menos perigosa talvez mas não menos difícil. Como instituição oficial, aberta, reconhecida e tutelada pelo Estado, o Sindicato agregou novos sócios que nem sempre compartilhavam do vigor e da combatividade dos voluntários das associações; muitos o procuravam em busca dos benefícios do Funrural - assistência médica e hospitalar e aposentadoria. A qualidade nem sempre acompanhava o número. Até hoje são os que defenderam suas terras contra o la-

tifúndio, muitas vezes os que militaram nas associações que dinamizaram o Sindicato. Pode-se, aliás, verificar que foi precisamente em áreas de luta pela terra, em áreas de novas ocupações que o Sindicato começou a sua renovação no Pará.

O Sindicato, por sua própria natureza e suas funções, alarga as perspectivas da ação e, sobretudo, confere-lhe uma dimensão nacional que faltava às associações; possibilita uma organização e uma estrutura aos níveis local, regional e nacional, facilitando a comunicação, os encontros, o intercâmbio de experiências. Mas, por outro lado, pesa sobre ele a tradição do assistencialismo e do atrelamento ao Estado, exigindo de seus sócios e, em particular, de seus dirigentes, uma vigilância constante para não deixar arrefecer o espírito combativo.

Por força de seu estatuto oficial e do dinamismo que demonstrou, o Sindicato tomou-se, no sudeste do Pará, o interlocutor quase obrigatório das instâncias governamentais; estas custaram a reconhecer o fato mas foram forçadas a admiti-lo em vários conflitos da região. Essa posição de interlocutor oficial é extremamente difícil de exercer e exige muita maturidade política dos dirigentes sindicais para fugir das armadilhas e evitar a cooptação pelo poder. Enquanto os políticos de carreira e os altos executivos do governo foram treinados ao exercício do poder, detêm toda uma prática de negociação e dispõem de todo tipo de informações, os líderes dos sindicatos emergentes conhecem apenas sua região e dispõem de informações e recursos limitados. Acima de tudo, o camponês tem a prática da luta direta, face-a-face; ele sabe interpretar o semblante e os gestos do homem do campo, trabalhador, comerciante ou mesmo grileiro; sabe

discernir a sinceridade ou a falsidade, a boa disposição ou a malevolência do prefeito, do fazendeiro; o semblante do executivo, do ministro lhe é dificilmente penetrável, e estes o sabem; não usam a violência verbal, a ameaça, nem fazem demonstração inútil de autoridade; aprenderam a tratar o dirigente sindical com distinção, como interlocutor importante, como mediador indispensável ou até como amigo. O aprendizado do camponês se faz na escola da vida e é demorado; alguns logram melhor sucesso, outros menos.

### 5 - NOVOS DESAFIOS

A abertura democrática tem favorecido a volta do debate ideológico e da diversidade de correntes políticas na vida sindical, tornando a direção do movimento muito mais complexa que no tempo das associações independentes. As tensões são muito presentes na vida sindical do sudeste do Pará e sua gestão exige dos sócios um amadurecimento político que os colonos devem cultivar sob pena de verem diluídas suas conquistas.

Novas tarefas apresentam-se hoje em decorrência das vitórias conquistadas pelas associações e os sindicatos procuram enfrentá-las. Garantida a posse ou reconhecida a propriedade formal da terra, a questão da permanência apresenta-se sob outro prisma: o da produção e da produtividade do lote, o do preço dos produtos e da comercialização, o do transporte e da estocagem. Como a luta anterior, essa é necessariamente coletiva, e ao Sindicato corresponde a função de conscientizar e viabilizar, mesmo se outras organizações (postos de revenda, caixa agrícola, mini-cooperativa) ocupam-se em solucionar tais problemas. No sudeste do Pará, o Sindicato estimu-

lou uma certa variedade de experiência: roças comunitárias, máquinas de arroz, armazéns cooperativos etc.; todos têm ainda uma existência precária que será superada pela experiência, mas que não dispensa assessorias técnicas.

Importa hoje ao sindicalismo rural do sudeste do Pará não esquecer, nesta dinâmica nova, as suas origens, lembrando-se que nasceu da luta pela terra, da contestação do latifúndio, da defesa da terra para todos. O Sindicato não pode se tornar apenas a organização dos donos da terra, mesmo que fossem apenas mini-proprietários: são inúmeros ainda na região os "sem terra". Os ocupantes de terras devolutas, os posseiros de ontem nem sempre entenderam ou não se lembram que a colonização amazônica empreendida pelos governos militares tinha por objetivo desarmar o protesto, alienar as tensões sociais supostamente provocadas pela "escassez de terra" para os "excedentes populacionais", enfraquecer as lutas de todos graças à acomodação de uma minoria. Talvez ignorem que o Banco Mundial, essa grande instituição do capitalismo internacional, financia a colonização porque vê na propriedade individual da terra, na pequena agricultura familiar, um elemento importante da estabilidade política, isto é do enfraquecimento das lutas sociais.

Entre os migrantes, como entre os antigos moradores da região, contam-se algumas grandes figuras de líderes camponeses. Sobre eles repousa de fato, e em boa parte, a responsabilidade de manter o espírito de luta, a combatividade, a solidariedade e, às vezes, o heroísmo dos pioneiros.

(\*) Pesquisador do Departamento de Economia Geral e do Núcleo de Allos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

## SEJA UM COLABORADOR

### "TRAVESSIA"

está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, antropológico, jurídico, cultural, religioso, educacional, histórico etc...

A Revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Por isso exige clareza na simplificação dos conceitos. Se for do seu interesse, pedimos que envie artigos para a redação.